

A PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DE CURSO DA ÁREA DA SAÚDE SOBRE OS FATORES QUE INFLUENCIAM NO ENGAJAMENTO DOS GRADUANDOS

Maria Aparecida Marques da Rocha¹, Malu Santarem Schuh², Juliana Dutra de Déos
Machado³

Eixo temático: Políticas e gestão da Educação Superior

Resumo: O presente artigo é oriundo de uma pesquisa em andamento intitulada “Políticas de Assistência ao Estudante de Graduação: contribuição para uma gestão voltada à permanência e conclusão da formação acadêmica”. Diante disso, para esta escrita, pretende-se apresentar a percepção dos coordenadores dos cursos de bacharelado da área saúde sobre os fatores da academia que influenciam no engajamento dos graduandos no decorrer dos seus cursos. Para tanto, discorreremos sobre a análise crítica das narrativas dos coordenadores entrevistados que dialogam sobre o seu papel na gestão dos cursos e sobre sua participação na implementação de políticas de apoio ao estudante. Na formulação deste estudo buscou-se em Colombo (2012), Morosini (2003), Santos (2010), Colombo (2012), Ball e Mainardes (2011) e Cunha (2011) alguns dos referenciais teóricos-metodológicos em que a pesquisa se baliza. Como metodologia adotou-se o estudo qualitativo de caráter exploratório, em que participaram seis (6) Universidades Comunitárias do Estado do Rio Grande do Sul, representadas pelos gestores das políticas, coordenadores de curso de graduação da área da saúde e alunos desses cursos. Como instrumentos utilizou-se a entrevista semiestruturada aos sujeitos da pesquisa e análise de documentos institucionais das universidades comunitárias. A análise dos dados empíricos foi desenvolvida a partir da concepção de Bardin (2011) sobre a análise de conteúdo. Com o objetivo de enriquecer o trato dos dados buscou-se em Moraes (1999) a referencialidade para a construção do método. Tais dados nos permitiram tecer algumas considerações sobre a relação dos coordenadores com a implementação da política de assistência estudantil nas IES, a polivalência de funções e um monitoramento constante sobre a evasão. Além disso, os sujeitos entrevistados apresentaram suas percepções sobre a efetividade da política de assistência estudantil quanto à permanência e formação acadêmica. Como resultados destaca-se a contribuição do estudo para a possibilidade de oferecer subsídios ao coordenador que como gestor, possa perceber as reais necessidades dos alunos, propiciando qualidade na formação acadêmica; um trabalho em que haja a parceria de diferentes atores envolvidos num mesmo propósito, ou seja, a permanência com sucesso do aluno na universidade.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Universidades Comunitárias; Gestão Acadêmica.

Introdução

¹ Doutora em Serviço Social. UNISINOS. E-mail: mamrocha@unisinós.br.

² Mestre em Educação. UNISINOS. E-mail: malusantarems@gmail.com.

³ Bolsista PROBIC/FAPERGS. UNISINOS. E-mail: juliana_deos@outlook.com

O presente trabalho é oriundo do recorte de uma pesquisa recentemente finalizada⁴ e versa sobre a percepção dos coordenadores dos cursos de bacharelado da área saúde sobre os fatores da academia que influenciam no engajamento dos graduandos no decorrer dos seus cursos. À vista disso, entendemos que as políticas educacionais de caráter assistencial de apoio aos estudantes fazem parte do conjunto de serviços acadêmicos oferecidos ao aluno da graduação, que impacta significativamente no envolvimento deste sujeito no decorrer de sua trajetória universitária.

A legislação nacional que trata sobre o tema (LDB/1996, PNAES/2010) refere que o aluno busque auxílio e orientação, principalmente os provenientes das camadas de menor poder aquisitivo da população brasileira, no interior das Instituições de Ensino Superior (IES) que poderão fornecer diferentes tipos de apoio com a finalidade de concretizar a sua formação. Apesar de ser um tema pouco debatido no interior das universidades, a existência das políticas de assistência estudantil contribui para a qualificação da formação acadêmica.

Assim, ao focar nossas pesquisas na educação superior brasileira, delineou-se uma problemática que permeia constantemente as universidades - especialmente, as instituições de cunho comunitário: como os coordenadores dos cursos de bacharelado da área saúde podem contribuir para a melhoria do engajamento dos graduandos durante a sua trajetória acadêmica? Logo, identificamos outras questões que norteiam a problemática supracitada: Em que situações os graduandos buscam a política de assistência estudantil? Em quais situações o coordenador de curso participa dessas políticas? Existe um trabalho articulado entre os gestores dessas políticas e os coordenadores de curso nas universidades?

O objetivo geral deste artigo canaliza para a necessidade de discussão sobre as estratégias que podem ser desenvolvidas pelos coordenadores dos cursos de bacharelado da área da saúde que contribuem para a melhoria do engajamento dos graduandos durante a sua trajetória acadêmica. Portanto, acreditamos que as políticas educacionais através de diferentes programas institucionais (ações afirmativas, apoio pedagógico, apoio psicológico e apoio socioeconômico) de natureza pública, orientadas pelo governo federal, ou privada, a partir da iniciativa das IES, são uma importante ferramenta que conjugam ações em prol do aluno.

Muitas vezes, as políticas de assistência estudantil constituem-se em um importante elo que possibilita a permanência destes alunos (ROCHA, 2011), porém a pouca visibilidade na estrutura institucional de tais políticas, faz com que sejam vistas como apenas mais um serviço, outras vezes como um benefício que a universidade oferece aos alunos. Enfim, as

⁴ A pesquisa principal que origina este estudo, intitulada “Políticas de Assistência ao Estudante de Graduação: contribuição para uma gestão voltada à permanência e conclusão da formação acadêmica”, iniciou em 2015 e teve o seu término em julho de 2018. Envolveu alunos e coordenadores de cursos de graduação e gestores das Políticas de assistência Estudantil das IES.

políticas de assistência estudantil são solicitadas, operacionalizadas, analisadas e avaliadas em situações diversas, como: em conflitos gerados nas relações pessoais e acadêmicas, nas reivindicações por parte do movimento estudantil, ou por ocasião da avaliação do Curso pelo SINAES/INEP/MEC, entre outras.

Nossa contribuição com o estudo consubstancia-se na possibilidade de oferecer subsídios ao coordenador de curso, de tal forma que sejam percebidas as reais necessidades dos alunos, propiciando qualidade na formação integral do sujeito; um trabalho em que haja a parceria de diferentes atores envolvidos num mesmo propósito, ou seja, a permanência com sucesso do aluno na universidade; e ao estímulo de um trabalho mais articulado entre os diferentes setores da universidade.

Na sequência apresentaremos o referencial teórico que norteia as discussões deste estudo e que fundamentam os resultados analisados criticamente, cujo objetivo é contribuir para que as IES Comunitárias possam constituir estratégias eficazes de enfrentamento a referida problemática.

Marco Teórico

Compreendemos que o marco teórico balizador deste artigo está atrelado às discussões relacionadas à permanência dos graduandos da área da saúde, pois quando o aluno se mostra engajado com seu objetivo – a formação no curso de graduação – há maiores chances de concretizar a sua formação. A possibilidade de fazer um curso superior por parte dos jovens, dos 18 aos 24 anos, mesmo que tenha tido um aumento de matrícula dessa população nas IES, demonstram que o Brasil ainda está distante do que foi preconizado. Além disso, outro fator importante a ser considerado, é com relação à qualidade da graduação que envolve a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (SANTOS, 2010), como um princípio a ser almejado na formação acadêmica. Assim, compreendemos que o coordenador de curso busca qualificar sua gestão (MOROSINI, 2003) e (COLOMBO, 2012), uma vez que há a responsabilidade de desenvolver um trabalho, onde o planejamento, a execução e a avaliação estão presentes no cotidiano institucional.

Tendo em vista analisar o engajamento dos estudantes aliado a qualificação da formação do discente, utilizamos o aporte teórico de Maria Isabel da Cunha, para justificar a qualidade da formação universitária e sua relação com o ensino, a pesquisa e a extensão. Segundo a autora, em âmbito nacional é adotada a “compreensão de que a relação de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão é que caracteriza a qualidade da educação superior e que a compreensão de conhecimento sustenta essa relação, sempre a entendendo

num contexto cultural”. (CUNHA, 2011, p. 447). Para tanto, visamos contribuir com o engajamento dos alunos de graduação da área da saúde, pois é possível que alguns aspectos que compreendem a universidade influenciem na qualidade da formação superior destes alunos pela sua não participação em ações e serviços disponibilizados pela instituição.

No que tange à questão do engajamento estudantil, consideramos o engajamento como um ato ou efeito de engajar ou de se engajar, situação de quem sabe que é solidário com as circunstâncias sociais, históricas e nacionais em que vive, e procura ter consciência das consequências morais e sociais de seus princípios e atitudes. O engajamento também pode ser compreendido como comprometimento, envolvimento, compromisso ou empenho. Segundo Harper e Quaye: “O engajamento do estudante é simplesmente caracterizado como a participação efetiva nas práticas educacionais, tanto dentro como fora da sala de aula, as quais levam a uma série de resultados mensuráveis.” (HARPER; QUAYE, 2009, p. 2).

Diante disso, fica claro que o engajamento e o comprometimento com o curso de graduação contribuem sobremaneira para a permanência na graduação, ou seja, é evidente que o engajamento é um fator fundamental para a conclusão de um curso superior. Entretanto, a pesquisa, também, faz referência a um grupo de graduandos que por serem trabalhadores, apresentam dificuldades na participação das diversas atividades oferecidas pela Instituição de Ensino Superior - IES e que se mostram vinculados ao curso, mas com uma participação mais efetiva na sala de aula e não em outros espaços acadêmicos.

Franco (2002) analisa as funções de um coordenador de curso em IES e em síntese as organiza em quatro categorias: funções políticas, funções gerenciais, funções acadêmicas e funções institucionais.

A pesquisa demonstrou que o coordenador de curso tem muitas atribuições de ordem administrativa que impactam no desenvolvimento da aprendizagem dos graduandos e, por consequência, no seu engajamento com o curso escolhido. As questões de ordem administrativa, pedagógica, curricular, estágios, professores, alunos entre outras são demandas constantes do coordenador que está à frente de um curso de graduação. Muitas vezes, pelo acúmulo de trabalho, o coordenador distancia-se dos processos de desenvolvimento das políticas de assistência estudantil, provocando como consequência um desconhecimento do trabalho desenvolvido. Apesar de ser procurado no cotidiano da atividade de coordenação, por alunos que necessitam de orientação ou por professores que desejam encaminhar graduandos para um serviço acadêmico, o coordenador nem sempre tem os dados para informar sobre essa demanda. Faz-se necessário que a Instituição crie condições para que o coordenador possa tomar decisões.

As exigências da sociedade contemporânea apontam para uma série de competências que são tidas como necessárias a um gestor que coordena um curso de graduação, entre elas é a do conhecimento profundo sobre as políticas institucionais assistenciais que a IES oferece aos alunos. Entendemos que uma educação de qualidade não tem como distanciar-se de outros serviços que estão disponíveis à comunidade discente, mesmo que se apresentem com pouca visibilidade. Tal afirmação se justifica, pelo fato de que geralmente, ao analisar o meio acadêmico, as políticas assistenciais de apoio ao estudante, são remetidas ao contexto de atendimento ao aluno proveniente das camadas populares, ou seja, de baixo poder aquisitivo.

Na definição do tema em questão, que envolve o ato de conciliar na gestão as atribuições tradicionais de um coordenador de curso de graduação com as demandas oriundas de situações diversas dos alunos que buscam na assistência estudantil apoio para suas preocupações e dificuldades, buscamos outras fontes de pesquisa sobre o tema. No portal da CAPES, referente aos periódicos, encontramos artigos que tratam de políticas inclusivas no nível do ensino superior, ou seja, políticas relacionadas a ações afirmativas tanto ao que se refere ao sistema de cotas, como as questões relacionadas à deficiência. Já no Banco de Dados da Biblioteca Virtual encontramos duas Dissertações de Mestrado, uma da USP outra da UFRGS que apresentam estudos sobre a política de assistência estudantil num viés de estudo de caso. Os resultados dessas pesquisas consistem nos seguintes pontos: as políticas de assistência estudantil possibilitam a permanência dos alunos, principalmente os de menor poder aquisitivo, na IES; a existência de inúmeras dificuldades quanto à gestão das políticas, no que tange a recursos humanos e financeiros; e a necessidade de continuidade dos estudos sobre o tema para uma maior apropriação da comunidade acadêmica.

Entendemos que as instituições de ensino comunitárias (centros universitários, institutos e universidades) que são comprometidas com a qualidade do seu ensino, passaram a enfrentar o esvaziamento de seus bancos acadêmicos, uma vez que muitas instituições de capital aberto visam à quantidade de alunos - a um custo mensal muito baixo - em detrimento da qualidade da formação proporcionada pelas universidades comunitárias. Concordamos com Mancebo (2010) quando a autora denomina a situação apresentada como diversificação do ensino superior, em que são concebidas mudanças exigidas pelo mercado e que tem consequências na credibilidade das universidades, focando apenas na mão de obra - e não na qualificação - do sujeito para o posterior ingresso no mercado de trabalho.

Assim, a escolha de realizar a pesquisa em universidades comunitárias (MOROSINI, 2003), justifica-se pelo fato de as mesmas apresentarem um importante papel social e por mostrarem-se engajadas numa proposta de oferecer uma formação acadêmica de qualidade.

Metodologia

Tendo em vista compreender como os coordenadores dos cursos de bacharelado da área saúde podem contribuir para a melhoria do engajamento dos graduandos durante a sua trajetória acadêmica, a pesquisa foi realizada a partir de um estudo qualitativo (CHIZZTTI, 1991) e (MARTINELLI, 1999), de caráter exploratório, com base na perspectiva dialética (MINAYO, 2007).

Minayo (2007) define a pesquisa como atividade básica da ciência na sua indagação e descoberta da realidade, já que alimenta a atividade de ensino a atualiza e revitaliza ante a realidade do mundo, desta forma a pesquisa embora seja uma atividade teórica vincula pensamento e ação. Para isso, a estratégia adotada foi um estudo de caso, no qual se utilizou, como ferramentas metodológicas, a realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade, com abordagem direta⁵.

Por meio da abordagem qualitativa, buscamos obter dados descritivos do universo pesquisado, visando não obter apenas informações, mas compreender a realidade vivenciada pelos alunos diante da problemática de pesquisa. Com isso, a pesquisa qualitativa “caracteriza-se por ser não estruturada, de natureza exploratória e baseada em pequenas amostras, com o objetivo de promover percepções e compreensão do problema”. (MALHOTRA, 2006, p. 66).

A escolha pelo método de estudo de caso justifica-se pelo fato de que

Busca-se, criativamente, apreender a totalidade de uma situação – identificar e analisar a multiplicidade de dimensões que envolvem o caso – e, de maneira engenhosa, descrever, discutir e analisar a complexidade de um caso concreto, construindo uma teoria que possa explica-lo e prevê-lo. (MARTINS, 2008, p.9).

Para Yin (2010) o estudo de caso consiste em ser um método de análise desafiador em ciências sociais. Para tanto, direcionou-se a investigação na busca da descrição e compreensão dos fatores a serem investigados neste caso. Além disso, o autor destaca que o estudo de caso é uma investigação aprofundada e exaustiva de um ou poucos objetos, para que assim seja possível a compreensão ampla e detalhada do fenômeno estudado.

O lócus da pesquisa na primeira fase se deu a partir dos 13 cursos de graduação bacharelado da área da saúde (medicina, enfermagem, nutrição, serviço social, fisioterapia, odontologia, medicina veterinária, educação física, agronomia, zootecnia, biomedicina,

⁵ O roteiro das entrevistas foi constituído por perguntas abertas e aplicadas de forma individual.

farmácia e fonoaudiologia) segundo Portaria Normativa nº 06 de 27 de março de 2013 - MEC/INEP/ENADE-2013, tal corte deve-se à delimitação objetiva dos inúmeros cursos de graduação existentes na atualidade no país, além do fato de que a área de saúde é uma das áreas do ensino superior que tem apresentado, nas últimas décadas, uma preocupação constante com a qualidade do ensino, comprovado pela profícua produção da área. A escolha dos cursos estava relacionada às onze universidades comunitárias do Rio Grande do Sul em 2015. Na segunda fase, as seis Universidades que aceitaram participar da Pesquisa (UNISINOS, UCPEL, UNIJUI, UPF, UNISC, FEEVALE), através da carta de anuência fizeram parte da amostra da investigação.

O recorte deste estudo dialoga com os coordenadores de curso de graduação bacharelado da área da saúde na tentativa de identificar a percepção dos mesmos sobre os fatores da academia que influenciam no engajamento dos graduandos no decorrer de suas trajetórias de formação.

O desenvolvimento da pesquisa foi organizado em duas fases. A primeira consistiu nos seguintes itens:

- Revisão de literatura;
- Levantamento e análise das fontes documentais (documentos do INEP/MEC);
- Elaboração de questionário para a sondagem junto aos coordenadores de curso de graduação bacharelado área da saúde;
- Envio do questionário com nove questões objetivas, via internet - sistema Google, aos 75 coordenadores dos diferentes Cursos de graduação bacharelado área da saúde das universidades comunitárias gaúchas.
- Análise dos dados;

A segunda fase foi estruturada da seguinte forma:

- Tratativas da organização das entrevistas e análise dos documentos institucionais com os coordenadores, gestores e alunos das seis universidades comunitárias parceiras da pesquisa;
- Entrevistas semiestruturadas presenciais com dois dos coordenadores de cursos de graduação na área da saúde com o número maior de alunos da IES, alunos e gestores da política de assistência;
- Análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) das Universidades Comunitárias;

A análise dos dados empíricos ocorreu a partir da concepção de Bardin (2011) sobre análise de conteúdo. Mas visando o enriquecimento do trato dos dados buscou-se em Moraes

(1999) a referencialidade para a construção do método que acreditamos estar mais adequado ao estudo.

Sendo assim, cabe ressaltar que, por se tratar de uma investigação realizada com três segmentos, nos deteremos aos achados oriundos da pesquisa com os coordenadores de curso.

Resultados

O presente estudo possibilitou analisar a percepção dos coordenadores de curso sobre o engajamento dos alunos de graduação da área da saúde com relação à sua trajetória de formação. Diante disso, serão apresentados os dados das entrevistas realizadas com os coordenadores de curso, caracterizada pela abordagem qualitativa.

A pesquisa qualitativa visa contemplar uma realidade que não pode ser quantificada. Assim, buscou-se contemplar o recorte da realidade investigada, por meio de significados, motivos, apreensões e valores. Diante disso, vale salientar que este é o olhar dos pesquisadores sobre a realidade apresentada, o que significa que pode haver outros sentidos com relação à mesma.

Os coordenadores que participaram das entrevistas semiestruturadas da segunda fase da pesquisa somam um total de 12 participantes. Coordenam os cursos de enfermagem, educação física, fisioterapia, nutrição, farmácia e medicina. Outros dados: 90% são do sexo feminino e 10% do sexo masculino; 70% exercem a gestão do curso há mais de 3 anos.

Alguns coordenadores conhecem os programas, serviços ou núcleos que envolvem a assistência estudantil de suas Universidades, conforme suas narrativas:

“[...] A universidade tem um núcleo de apoio ao estudante. Os serviços do núcleo vão desde colocar o aluno em estágio obrigatório, [...], como também há o apoio pedagógico, quando se é detectado o problema a gente encaminha para lá”.

“Quanto há dificuldade de adaptação, aprendizagem, temos o Núcleo de Apoio e Acessibilidade ao aluno, NUAP [...]. Encaminhamos a demanda do aluno e o setor acolhe a demanda, seja cognitiva, social e/física, desde o vestibular”.

O coordenador reconhece que o engajamento do aluno, também depende do seu estímulo junto a ele no encaminhamento de ações que o auxiliem a fazer uma travessia mais tranquila na sua trajetória acadêmica. A busca pelo apoio do coordenador neste aspecto é fundamental, pois geralmente o aluno busca o coordenador para auxiliá-lo quando encontra dificuldades em seu processo acadêmico. O coordenador, conforme constatamos na sondagem realizada na primeira fase da pesquisa, não tem maior envolvimento com estes setores.

Contudo, reconhece o trabalho desenvolvido como ações importantes, que podem auxiliar o estudante em suas diferentes necessidades estudantis para poder dar continuidade à formação.

Muitas vezes, a pouca visibilidade na estrutura institucional das políticas de assistência estudantil, faz com que sejam vistas como apenas mais um serviço, outras vezes como um benefício que a universidade oferece aos alunos. Enfim, as políticas de assistência estudantil são solicitadas, operacionalizadas, analisadas e avaliadas em situações diversas, como: em conflitos gerados nas relações interpessoais e acadêmicas, nas reivindicações por parte do movimento estudantil, ou por ocasião da avaliação de Curso pelo SINAES/INEP/MEC.

As múltiplas demandas de trabalho que são exercidas pelos coordenadores no cotidiano institucional, podem ser constatadas em suas narrativas. A polivalência de atividades retrata suas preocupações, e demonstram sobrecarga envolvendo atividades administrativas:

“Eu me envolvo nas questões pedagógicas, com os professores e muito nas questões administrativas e burocráticas. Isso vai desde a compra de materiais de expediente, limpeza [...] responder questões e relatórios para os nossos superiores. E, claro, questões de organização curricular do curso. Essas são as principais atividades aqui da coordenação”.

“Temos mais uma preocupação pedagógica, estudos de currículo, organização das disciplinas, organização junto aos professores das aulas, problemas ou não pedagógicos com os alunos, basicamente seria isso. Mas a gente acaba exercendo muito mais atividades de encargos administrativos [...], então é bastante amplo”.

As narrativas demonstram de que a diversidade e a grande demanda de atividades exercidas pelos coordenadores dificultam alguma ação mais objetiva junto à política de assistência estudantil da Universidade. Geralmente as ações restringem-se a encaminhamentos dos alunos para os diferentes setores que tratam destas especificidades. Os discursos, também, enfatizam as atribuições “o coordenador de curso é responsável pela condução pedagógica do Curso e espera-se que este processo seja exitoso na formação do estudante e na sua inserção no mercado de trabalho” (BASSOLI, 2014, p.27).

“As questões de cancelamento em especial. Todo cancelamento passa pela Coordenação, para tentar reverter e/ou encaminhar”.

“[...] a gente tem, agora, implantando na universidade, o sistema de monitoramento do risco de evasão dos nossos alunos”.

“[...] tem um olhar para assistência estudantil dentro de um olhar da prevenção da evasão [...], porque muitas vezes o aluno evade também por dificuldades, [...] em relação a conteúdo, dificuldade em relação mesmo às vezes a situações financeiras”.

O coordenador dentro de suas funções busca a proximidade com o aluno, conhecer suas necessidades, aprendizagens, dificuldades, anseios e projetos, principalmente quando a narrativa parte da área da saúde. O estar próximo, auxilia-lo em sua trajetória acadêmica, aqui considerada como o período em que o aluno desenvolve o seu percurso no curso de graduação, pode ser um elemento essencial para a sua permanência na universidade. Além de ser uma ação que tem uma intencionalidade e que pode se transformar numa estratégia de atenção e respeito, conforme é possível constatar:

“O Coordenador tem muito do seu trabalho o contato direto com o aluno. Vai desde o aconselhamento a cada aluno no processo de matrícula”.

“Proximidade com os alunos; [...] Isto faz diferença, pois a coordenação torna-se mais próxima dos alunos e desta forma pode ser uma estratégia para contribuir com uma menor evasão”.

O fator confiança é uma conquista, e uma potência que pode ser desenvolvida entre professor e aluno, mas também entre coordenador e aluno, provavelmente este vínculo que começa no curso pode estender-se para a rede de serviços da universidade e desta forma ser mais um fator que possibilita um maior engajamento do aluno ao curso superior que deseja concluir.

Diante da análise das narrativas dos entrevistados foram identificadas algumas atribuições desempenhadas pelos coordenadores de curso que podem contribuir para a melhoria do engajamento acadêmico dos graduandos. Dentre estas atribuições, destacam-se: monitoramento dos indicadores de evasão dos alunos; estratégias para evitar a evasão; acompanhamento do aluno (matrícula, dificuldades, encaminhamentos e o desempenho); indicação de auxílio financeiro (bolsas de estudo/credito educativo); indicação de outras experiências acadêmicas (monitoria, bolsa de iniciação científica, bolsa de extensão); e indicação de apoio emocional/apoio pedagógico; acolhimento ao aluno; articulação com setores de apoio ao estudante.

Considerações Finais

A contribuição do estudo consubstancia-se na possibilidade de oferecer subsídios ao coordenador de curso enquanto gestor, de tal forma que sejam percebidas as reais necessidades dos alunos, propiciando qualidade na formação integral deste sujeito; um trabalho em que haja a parceria de diferentes atores envolvidos num mesmo propósito, ou

seja, a permanência com sucesso do estudante na universidade; e ao estímulo de um trabalho mais articulado entre os diferentes setores da IES.

Nas entrevistas presenciais os coordenadores participantes demonstraram conhecerem os PDIs, bem como, os serviços, núcleos e programas que tratam da assistência ao estudante. Desta forma, incluem na sua gestão um repertório de informações e orientações a serem disponibilizadas aos alunos: no período de vestibular aos ingressantes, início de semestre aos matriculados e conforme necessidade do estudante ou encaminhamento do professor. Mas parece que há a necessidade de uma compreensão sobre o engajamento deste aluno no curso pretendido, que também se dá a partir de um vínculo com outros setores da universidade. Parece-nos que é importante de ser referenciado e estudado, principalmente quanto ao aspecto da evasão presente nas universidades comunitárias.

O estudo apresentou alguns dados referentes à polivalência de tarefas exercidas pelos coordenadores no processo de gestão dos cursos. E isto de certa forma dificulta, pelo tempo de dedicação para auxiliar o aluno no engajamento no curso. A rotina do trabalho faz com que a atenção da coordenação esteja voltada para questões pedagógicas, próprio da função, e ações administrativas diversas. Isto nos leva a compreender que a exigência das atividades que envolvem a gestão, dificulta ações que sejam dirigidas a implementação de ações mais atentas referentes a assistência estudantil nas IES. Contudo, há de se observar que faz parte das atividades desenvolvidas pelas coordenações, um trabalho junto aos programas para a redução da evasão de estudantes, que se apresentam como importante diretriz das Universidades Comunitárias. Isto, de certa forma, passa pela assistência estudantil. Com características próprias, envolve o engajamento do estudante no curso e, por conseguinte na Instituição.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. E Ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 04 ago. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 maio 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 29 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação; Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). **Portaria normativa n° 6, de 27 de março de 2013**. Consolida disposições sobre indicadores de qualidade e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2013/portaria_normativa_n_6_27032013.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2014.

BASSOLI, Dyjalma Antonio. **O coordenador de curso superior de instituições de ensino superior privadas**: análise dos contributos políticos, gerenciais, acadêmicos e institucionais. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação, Universidade de São Paulo, 2014.

CUNHA, Maria Isabel. Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: a qualidade da graduação em tempos de democratização. *Perspectiva*, Florianópolis.v.29, n.2, 443, jul/dez, 2011.

CHIZZTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. V. 16. São Paulo:Cortez, 1991.

COLOMBO, Sonia Simões. (Org.). **Gestão universitária**: os caminhos para a excelência. 1 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRANCO, E.R.P. de S. **Funções do coordenador de curso**: como “construir o coordenador ideal. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Caderno 8, 2002.

HARPER, Shaun R.; QUAYER, Stephn John. *Student Engagement in Higher Education: thoretical perspectives and practical approaches for diverse populations*. New York: routledge, 2009.

MALHOTRA, Nasresh K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In:_____. (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999. P. 19-29. (Série Núcleo de Pesquisa I).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10 ed. São Paulo: Hucitc, 2007.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Educação, Porto Alegre, v.22, n.37, p. 7-32, 1999.

MOROSINI, Marília Costa. (Org.). **Enciclopédia de pedagogia universitária**. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2003.

ROCHA, Maria Aparecida Marques da. **Processo de inclusão ilusória**: o jovem bolsista universitário. Jundiaí: Paco, 2011

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**:para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3ed. São Paulo: Cortez, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e método.4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

